


Sobre o epistemicídio em manuais de linguística produzidos após a Lei Federal 11.645/08: Uma proposta de leitura discursiva /

Sur l'épistémicide dans les manuels de linguistique produits après la Loi Fédérale 11.645/08: Une proposition de lecture discursive

Vitória Paloma Aguiar Alves *

Graduação em andamento no curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa pela Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, Paraíba, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-3060-027X>

Maria Angélica de Oliveira **

Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2005); Pós-doutorado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (2021). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, Paraíba, Brasil. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, em Língua Francesa, em Estudos do discurso.

 <https://orcid.org/0000-0002-1284-4564>

Recebido em: 29 jun. 2022. Aprovado em: 07 fev. 2023.

Como citar este artigo:

ALVES, Vitória Paloma Aguiar; OLIVEIRA, Maria Angélica de. Sobre o epistemicídio em manuais de linguística produzidos após a Lei Federal 11.645/08: Uma proposta de leitura discursiva. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 12, n. 1, p. 64-80, abr. 2023.

RESUMO

O fazer linguístico está atrelado não só àquilo que é discursivizado, mas também aos silêncios encontrados na materialidade discursiva. Pensando nisso, fundamentada nos Estudos Discursivos (ORLANDI, 2007; FOUCAULT, 2003, 2010), nas teórico-filosóficas dos Estudos Pós-Coloniais (KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2020, 2022) e na Ecologia dos Saberes (SOUZA SANTOS, 2010, 2019), a presente pesquisa apresenta um recorte de discussões desenvolvidas no projeto de iniciação científica *O olho azul das letras enxerga a língua(gem) dos não-brancos? Uma proposta de leitura discursiva de Manuais de Linguística produzidos após a Lei Federal 11.645/08*, que avalia a (não) presença de saberes pretos e indígenas em 4 manuais de linguística, recorrentes no ensino de língua. Os resultados mostram que os discursos linguísticos de povos não-brancos sofrem um grande contexto de epistemicídio, em que determinadas vozes são apagadas. Vê-se que as vontades de verdade científicas são regidas pelo mundo ocidentocêntrico, que contém todo o poder-saber na ordem do verdadeiro, enquanto demais saberes são silenciados e jogados no abismo cultural e científico.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de Linguística; Epistemicídio; Mundo ocidentocêntrico.

*

 vitoria.paloma@estudante.ufcg.edu.br

**

 maria.angelica@professor.ufcg.edu.br

 [10.5281/zenodo.7909710](https://doi.org/10.5281/zenodo.7909710)

RÉSUMÉ

Le savoir-faire linguistique est lié non seulement à ce qui est discursivisé, mais aussi aux silences trouvés dans la matérialité discursive. Dans cette optique, ancrée dans les *Études Discursives* (ORLANDI, 2007 ; FOUCAULT, 2003, 2010), dans les cadres théoriques-philosophiques des études Postcoloniales (KILOMBA, 2019 ; NASCIMENTO, 2020, 2022) et dans "Ecologia dos Saberes" (SOUZA SANTOS, 2010, 2019), la présente recherche montre une coupe des discussions développées dans le projet d'initiation scientifique *L'œil bleu des lettres voit-il le langage des non-blancs ? Une proposition de lecture discursive des manuels linguistiques produits après la Loi Fédérale 11.645/08, qui évalue la (non) présence des savoirs noirs et indigènes dans 4 manuels de linguistique, récurrents dans l'enseignement de langue. Les résultats montrent que les discours linguistiques des personnes non-blanches souffrent d'un large contexte d'épistémicide, dans lequel certaines voix sont effacées. Nous constatons que les volontés scientifiques de vérité sont régies par le monde "ocidentalocentrique", qui contient toutes les connaissances de pouvoir dans l'ordre du vrai, tandis que les autres connaissances sont réduites au silence et jetées dans l'abîme culturel et scientifique.*

MOTS CLÉS : Manuels de linguistique ; Épistémicide ; Monde occidentalocentrique.

1 Introdução

Seria a ciência social elaborada na Europa e nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? Os povos negros conhecem na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa "ciência".

Abdias NASCIMENTO, *O Quilombismo*, [1980] 2019.

Ao longo dos anos, a educação brasileira vem introduzindo em suas políticas públicas uma maior atenção à promoção de um ambiente progressista, em busca de uma igualdade étnico-racial; é de senso comum, porém, que no cenário mundial em que vivemos, existe um fortalecimento de discursos de ódio com bases racistas, uma vez que somos seres sociais cercados pelo racismo multidimensional (SOUZA, 2021), ou seja, enxergamos e presenciamos na maioria das instituições escolares o apagamento de saberes construídos fora da branquitude. O material aqui exposto advém de pesquisas e discussões construídas em um Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC-UFMG), de vigência 2021-2022, intitulado *O olho azul das Letras enxerga a língua(gem) dos povos não-brancos? Uma proposta de leitura discursiva de Manuais de Linguística produzidos após a Lei Federal 11.645/08*. Tal lei, que é uma atualização de leis anteriores, torna obrigatório o ensino de temas afro-brasileiros e indígenas no ensino básico. O principal objetivo desse projeto é investigar se e como manuais de Linguísticas produzidos após a Lei Federal 11.645/08 proporcionam aos/às estudantes de letras acesso a saberes pretos e indígenas acerca da língua(gem) que auxiliem na formação de profissionais aptos a combater ideologias raciolinguísticas, promovendo um espaço de relações étnico-raciais equânimes através do estudo sobre língua e linguagem. Portanto, o artigo que hora apresentamos se constitui como um recorte dessa pesquisa. Nele, sob a perspectiva de uma leitura discursiva



decolonial, objetivamos identificar e analisar as possíveis formas do silêncio epistêmico em manuais de Linguística produzidos após a Lei Federal 11.645/08.

As obras aqui analisadas são manuais de uso recorrente no meio acadêmico, principalmente por professores dos cursos de Letras. Esta investigação é, portanto, fruto da inquietação a respeito das práticas pedagógicas, especialmente àquelas ligadas ao ensino de língua(s), que ainda são construídas e realizadas a partir de um regime de verdade racista. Ela está em consonância com as palavras de Nascimento (2019, p. 95) quando defende que é preciso que haja uma conscientização nas práticas de ensino, pois “a educação deverá mais do que ser reflexiva. Deverá, assim, conduzir a uma visão que torne a ontologia do sujeito como o seu encontro entre sua identidade e o mundo ao seu redor, que lhe racializa e lhe concede direitos ao passo que ele age no mundo.”

Os pressupostos teóricos optados para suportar a leitura do *corpus* selecionado situam-se no campo das teorias pós-críticas. Portanto alicerçamos nossas análises, principalmente, nos Estudos Discursivos (ORLANDI, 2007; FOUCAULT, 2003, 2010), como também nas discussões teórico-filosóficas dos Estudos Pós-Coloniais (KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2020, 2022) e da Ecologia dos Saberes (SOUZA SANTOS, 2010, 2019). Decidimos pelas teorias ditas pós-críticas porque as investigações de tais teorias não se limitam em buscar o *porquê*, mas em compreender *como* dados discursos e não outros em seu lugar estão na ordem do verdadeiro, fazem parte do regime de verdade de uma dada sociedade. Embora possa causar estranhamentos pensar na perspectiva decolonial também do ponto de vista do filósofo francês Michel Foucault, considerando que desse ponto de vista trazemos para nossa pesquisa principalmente a perspectiva genealógica – metodologia que investiga a relação entre poder-saber-verdade - justificamos nossa escolha a partir das palavras de Lisbôa (2021, p. 43), ao afirmar que:

Como filósofo europeu, Foucault é posicionado na contramão do pensamento decolonial, reforçando seu lugar hegemônico na conjuntura da produção do conhecimento ocidental. Por outro lado, é possível apontar em sua obra reflexões que tratam da colonização e do papel fundamental do racismo na estruturação de desigualdades nas sociedades. É neste ponto por onde começamos a apontar possibilidades de diálogos, evidenciando que a ideia foucaultiana de genealogia é embrionária no estabelecimento e um elo entre o europeu Foucault e os estudos sobre a (de)colonialidade.

Ademais, acreditamos e defendemos que a discussão decolonial não deveria se pautar na negação do pensamento europeu – francês ou inglês – mas na proposição de dialogar criticamente com esse pensamento, a partir de uma perspectiva que aborde de forma diligente as



encruzilhadas das lógicas coloniais. Essas lógicas tem no racismo o ponto fulcral para tipificar os sujeitos e seus saberes, portanto, ainda de acordo com Lisbôa (2021, p. 43), “é onde acende uma luz para clarificar a possibilidade de caminhar entre os autores decoloniais e Michel Foucault, sobretudo considerando o posicionamento deste último sobre o racismo e colonização”.

Assentes nesses pressupostos teóricos, analisamos quatro manuais de Linguística publicados após a Lei Federal 11.645/08, quais sejam: *Manual de linguística*, de Martelotta *et al* (2008); *Linguística ? Que é isso ?*, de Fiorin *et al* (2013); *Língua, linguagem, linguística*, de Marcos Bagno (2014); e *A Linguística no século XXI*, de Aniela França *et al* (2018). No decorrer das análises, instigadas pela provocação de Abdias Nascimento (2019 [1980]) no artigo intitulado *De Como o Olho Azul do Itamaraty não enxerga o Negro*¹, interrogávamo-nos “o olho azul das letras enxerga a língua(gem) dos povos não-brancos?”.

2 Sobre os saberes que (não) estão na ordem do verdadeiro

Pensando nas práticas pedagógicas como um todo, é comum prendermos nosso olhar ao processo de ensino formal, isto é, aos saberes que nos são introduzidos em ambientes de aprendizagem formal, geralmente restritos às instituições escolares. Os saberes presentes nos quadros curriculares de escolas e universidades são aqueles vistos como científicos e, portanto, válidos, merecedores de serem discutidos e passados adiante. Esses saberes majoritariamente fundamentam-se na racionalidade do pensamento abissal ocidentalocêntrico (SOUSA SANTOS, 2019). A partir dessa racionalidade tudo aquilo que está fora do campo dos saberes ocidentalocêntricos é insignificante e desprezível ao verdadeiro olhar científico. Segundo Souza Santos (2019, p. 66), “tudo aquilo que não está em conformidade com esses conceitos configura irracionalidade, superstição, primitivismo, misticismo, pensamento pré-lógico e emotivismo”, estando, pois, fora da vontade de verdade de nossa época. A vontade de verdade, diz Roberto Machado (2002), respaldado no ideário foucaultiano sobre verdade/poder/saber, “a vontade de verdade é a crença, que funda a ciência, de que nada é mais necessário do que o verdadeiro. Necessidade não de que algo seja verdadeiro, mas de que seja tido como verdadeiro”. (MACHADO, 2002: p. 75). Portanto, na academia, a ciência verdadeira é aquela que descende da episteme eurocêntrica. Nesse sentido, como afirma Kilomba (2019):

¹ In.: NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africana*. 3 ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019 [1980].



Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. (KILOMBA, 2019, p. 53)

Nesse sentido, ratifica-se que há uma relação iniludível entre saber-poder-verdade que envolve o fazer científico, que se atrela ao que se entende em relação à arquitetura modernidade ocidental. Sob a ótica de Boaventura Souza Santos (2010), a modernidade ocidental é construída por meio de um grande processo de epistemicídio. Para Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio “é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta”. Pelas ações de extermínio, de apagamento e de anulação do epistemicídio, diversas esferas das atividades humanas são afetadas, dentre elas, as esferas educacional, cultural e linguística, nossos pontos de partida e de chegada que suportam as discussões aqui presentes.

No momento em que a modernidade ocidental toma como modelo o modo de vida ocidentalocêntrico, a partir de uma visão monocromática e universal, o previsto é que os polos científicos continuem a se construir a partir de suas visões limitadas ao universo da branquitude, enquanto os saberes alheios a essa realidade permanecem no outro lado da linha (SOUZA SANTOS, 2010).

O autor aponta que, na modernidade, vivemos em uma linha que divide os indivíduos e, a partir daí, divide também as formas de vida e os conhecimentos que são verdadeiramente aceitos e postos em prática na vida em sociedade. Existe, portanto, um abismo entre cada lado dessa linha, que constitui o *pensamento abissal*: pensamento que despreza e exclui os saberes que estão no lado “errado” da linha. Tal pensamento, que se estabelece como ocidentalocêntrico, estrutura princípios que transformam o outro lado da linha como invisível, pois não há a possibilidade de co-presença. O modo de vida ocidental só permite, portanto, que o Outro exista se for de maneira marginalizada. O contrário dessa distinção seria o que Souza Santos (2010) chama de *Ecologia de saberes*. Para esse autor, a ecologia dos saberes é uma ecologia intercultural, em que o saber não é único e não se manifesta de apenas uma forma, pois o conhecimento é partilhado, ressignificado e interrelacionado, rejeitando-se, assim, a visão de um saber universal e acolhendo saberes que são pluriversais. Na perspectiva da ecologia dos saberes o universo é substituído pelo pluriverso, pois não há uma única forma para enxergar o mundo e



nosso fazer no mundo. Entretanto, para a modernidade ocidental ainda é a visão de universalidade que impera. Portanto, tanto para Kilomba (2019) quanto para Sousa Santos (2010) há uma facilidade e uma admissibilidade para que o lado privilegiado da linha imponha seus saberes e verdades, pois a modernidade ocidental é regida por esse lado, de forma que suas imposições são “mascaradas”.

De acordo com Foucault (2010), relações de poder não se exercem sem que os sujeitos sejam “livres”, que eles “admitam” a circulação do poder, por isso é preciso “mascarar” a verdade, criar as verdades que possam ser assumidas por todos. Durante todo tempo, a racionalidade ocidentocêntrica criou e nutriu a verdade de que o povo negro é feito para a força e não para a razão, é um povo “cordial”, no pior sentido que essa palavra pode ter. Nenhuma sociedade para manutenção de suas vontades de verdade age só pela força. Caso contrário, o que se teria seriam relações de violência e não de poder. Com o propósito de diferenciar relações de poder e relação de violência, Foucault (2010) declara que:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e é imediatamente sobre. Os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro polo senão o da passividade; e se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. (FOUCAULT, 2010, p.287)

Nem maiormente guiadas pela força, pela repressão, nem tampouco somente contratuais, as relações de poder não se situam na esfera da violência, nem tão somente no nível do direito. Foucault enxerga essas relações como jogos estratégicos que exercem uma força produtora erigida com o objetivo de governar a vida dos indivíduos. A partir desses jogos estratégicos, as ações dos indivíduos são controladas. Nessa compreensão, são as relações de poder, associadas às relações de saber e de verdade, que assessoram tais indivíduos no controle de si e, por conseguinte, no controle dos outros.

Voltando à questão do pensamento abissal, o lado contrário ao privilegiado é o que se encontra no silêncio; não porque as vozes lá presentes não construam saberes, mas porque são silenciadas pela branquitude, isso porque *as vontades de verdade-poder-saber* científicas se estruturam a partir de um regime de verdade racista. As vontades de verdade, trabalhadas por Foucault, são mutáveis, influenciadas diretamente pelo contexto histórico. O autor defende que elas são os entremeios encontrados nos discursos, no sentido de que os saberes construídos em

sociedade não devem ser compreendidos de forma desconexa das relações de poder presentes nessa sociedade. É a partir disso que se assume a noção de que as vontades de verdade da modernidade ocidental são eurocêntricas, uma vez que as *verdades* das maiorias minorizadas não encontram um *status* verdadeiro. O poder é primordialmente detido pela chamada polícia discursiva,

[...] que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras, conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo sob novas roupagens. (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 356)

Devido ao caráter de mutabilidade das vontades de verdade, o sujeito encontra-se em um estado de aceitação àquilo que o rodeia, no sentido de que se uma comunidade produz discursos e ações racistas, o sujeito também *aprende* a reproduzir, visto que é algo intrínseco à sua realidade, é a verdade que ele conhece. Por esses e outros motivos, faz-se necessário que construamos um olhar que enxergue fora da bolha ocidentocêntrica. O ato de analisar os fazeres científicos abre espaço para que consigamos adentrar em uma ecologia de saberes, pois é aprendendo a identificar o inadequado para que saibamos o que pode ser considerado adequado, desde o campo científico até os aspectos mais simples da vida humana.

Mesmo que a detentora do poder-saber seja a branquitude, isso não significa que os povos não-brancos estejam completamente fora da forma ativa nas relações de poder. Para Foucault (2003), as *vidas infames*, ou seja, as vidas que são postas à margem da sociedade, também são sujeitos participantes do exercício de poder, que se dá, como dissemos acima, em microrrelações. De acordo com o filósofo francês,

O insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fugidia. Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas. Elas se tomaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. (FOUCAULT, 2003, p. 11)

Por isso, defendemos que é importante prestar atenção em *como* tais vidas e tais saberes são retirados do silêncio, pois, como afirma Nascimento (2020), nos estudos linguísticos, é comum

vermos o negro como um tema, mas nunca como uma epistemologia, nunca como quem faz a ciência. Nascimento (2020) declara que

Os objetos linguísticos servem para mostrar uma Linguística que tem tentado se democratizar. Porém, ao fazer isso, ainda tem estudado o negro como tema, em terceira pessoa, sem que suas falas, a partir de outro lugar que não o de língua como invenção nacional moderna, possam ecoar nos trabalhos científicos. (NASCIMENTO, 2020, p. 89)

Dessa forma, atentamos ao fato de que estudar os não-ditos e a *forma* em que os ditos se encontram no âmbito da linguística é observar as marcas de poder e dominação que a língua carrega, pensando no constante apagamento do negro-vida, enquanto o negro-tema está presente em estudos científicos, de maneira marginalizada ou ainda indiscriminada (NASCIMENTO, 2020). Com isso, a leitura discursiva dos manuais de linguística proposta nesse artigo atenta-se não só ao que é (não) dito, mas como é dito.

Orlandi (2007) aponta que a Análise do Discurso (AD) é uma teoria de entremeios, no sentido de que atua em variados domínios, e concebe o dizer como algo aberto, em que estão intrínsecos o sujeito e a língua. A autora aponta que os discursos não são “[...] objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 38), e com isso, em uma leitura discursiva, a análise dos não-ditos é tão importante quanto o que é linguisticamente materializado, uma vez que os silêncios também nos fazem compreender um texto, devido a subjetiva relação entre língua e sujeito no momento da leitura. Os efeitos de sentido, socialmente construídos, sofrem influência de toda a bagagem cultural carregada pelo leitor, o que implica pensar também na influência ocidentalocêntrica que reprime discursos de povos não-brancos.

Neste artigo, propomos uma leitura pautada na noção de interpretação ideológica defendida por Orlandi (2007, p. 100): “[...] todo gesto de interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer”; tendo dizeres científicos da linguagem como objeto, analisamos a discursividade (ORLANDI, 2007) nos manuais selecionados. É, pois, a partir dessas discussões, que apresentamos nas seções seguintes as nossas leituras referentes ao *corpus* deste trabalho, de forma a alcançar o objetivo previamente traçado.

3 Sobre epistemicídio em manuais de linguística



A linha entre o dizer e o não-dizer tanto pode ser curta, quanto grandemente apresentar-se. Nos estudos discursivos, vemos que os fatores extralinguísticos também constroem sentidos em textos, uma vez que nossas interpretações estão regadas de experiências de vida, que se juntam às informações da materialização linguística. Estudar o silêncio, porém, indica estudar não apenas o não-dito, mas o processo de silenciamento, *como e por que* saberes, culturas e ciências são historicamente apagadas. Tal processo, denominado epistemicídio, é o que buscamos discutir neste tópico, a partir do nosso *corpus*.

Iniciemos pelo livro *Manual de linguística*, de Martelotta *et al* (2008). Esse manual apresenta como premissa a harmonização entre tradição e modernidade no campo dos estudos linguísticos. Com isso, os autores constroem suas perspectivas teóricas, em três seções, por meio de um panorama acerca do que é e o que representa a ciência da linguagem, ciência essa que, como afirmam os autores, é desconhecida pela maioria da população universitária do Brasil. Uma vez que os autores partem de uma visão dita *moderna* para com a *ciência* linguística, nosso olhar volta-se, em primeiro lugar, para as seguintes indagações: qual é a modernidade presente no manual? De que formas ela está exposta ao longo das seções?. De forma breve, apresentamos discussões a respeito de tais indagações, relacionando ao fato de que a língua é, como afirma Nascimento (2019), uma marca de dominação, diretamente filiada ao que se entende por *modernidade*.

Para introduzir os conceitos de língua e linguagem, os autores traçam um histórico de como é tratado o funcionamento da linguagem e suas relações cognitivas. É discutida a *hipótese do relativismo linguístico*, dos linguistas Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, que mostra que “cada língua segmenta a realidade de um modo peculiar e impõe tal segmentação a todos os que a falam” (MARTELOTTA *et al*, 2008, p. 18). Com isso, vê-se o caráter de imposição que existe na língua, que por si só é entendida como uma ferramenta desprovida de cor, gênero ou etnia, mas ainda assim é uma ferramenta politizada; isso significa que nesse processo de politização, as línguas têm sujeitos que se submetem a elas, as modificam e ainda são modificadas por elas, de tal forma que a língua tem, sim, uma cor: a branquitude é quem detém o poder de verdadeiramente modificar as línguas (NASCIMENTO, 2019, p. 19).

A segmentação da realidade pela linguagem é ditada apenas pelo lado privilegiado da linha abissal, já que seria onde habita o fazer científico da verdade: “O estatuto científico da linguística deve-se, portanto, à observância de certos requisitos que caracterizam as ciências de

um modo geral” (MARTELOTTA *et al*, 2008, p. 20). É dessa forma que o apagamento epistêmico se fortalece, a partir das vontades de verdade científicas, regidas pelo mundo ocidentalocêntrico.

Nos estudos linguísticos, a cultura é fator de grande importância. No manual em análise, encontramos a seguinte afirmação sobre a relação entre língua/cultura/sociedade: “a história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade” (MARTELOTTA *et al*, 2008, p. 147), uma vez que a língua é, também, o sujeito que se comunica através dela. Martelotta *et al* apresentam essa breve noção da importância sociocultural, mas não identificam o porquê nem como saberes pretos e indígenas não são mencionados no manual, as influências linguístico-culturais na língua portuguesa de línguas indígenas e africanas não são reconhecidas. A *cultura inseparável* da língua parece ser seletiva no manual.

Já ao fim do livro, os autores expressam brevemente a relação entre a linguística e o ensino, por meio de concepções de linguagem para o ensino de língua. Um dos tópicos trabalhados é o de que

As dimensões social, funcional, interacional e pragmática incorporadas à noção de língua possibilitam a inclusão da noção de sujeito. Não se trata de um sujeito teórico, mas de um sujeito real inserido em situações concretas, com papéis sociais múltiplos e diversificados, sobretudo aqueles pertencentes às sociedades urbanas e industrializadas e em constante processo de adaptação e readaptação. (MARTELOTTA *et al*, 2008, p. 241)

A noção de sujeito vista acima nos faz lembrar que os discursos são construídos em uma teia social, pela qual os sujeitos se manifestam e se comunicam, em um complexo processo de interação. Quando falamos do fazer linguístico, falamos também do sujeito que o produz, nesse caso, o epistemicídio ocorre quando o fazer linguístico de determinados povos é apagado. Os autores continuam afirmando que “assumir uma perspectiva teórico metodológica implica assumir crenças e valores a ela vinculados” (MARTELOTTA *et al*, 2008, p. 241). Tal noção se mostra necessária no campo educacional, mas o manual não propõe perspectivas abertas a uma educação raciolinguística; se é trabalhado apenas o que já é conhecido e regido pela branquitude, as crenças e valores metodológicos continuam nessa esfera, excluindo outros saberes, uma vez que eles nem se fazem presentes ao longo do texto.

No segundo manual em análise, *Linguística? Que é isso?*, organizado por José Luiz Fiorin, encontramos uma realidade semelhante, em que os estudos linguísticos apresentados estão centrados no âmbito ocidentalocêntrico. Nele, é defendido que a finalidade primária da língua é a comunicação. Suas discussões são embasadas a partir desse ideal, introduzindo os principais

conceitos da linguística, elencando características e funções das suas diversas formas de manifestação. Fiorin *et al* apresentam alguns fatores cognitivos (arraigamento, esquematização, categorização) que se refletem na língua, mas nada discute a respeito do arraigamento do racismo que foi - e é - arraigado no fazer linguístico.

Em dado momento, o manual apresenta um capítulo dedicado à mudança linguística, no sentido de averiguar como as línguas se transformam ao longo do tempo, por fatores diversos. Durante o capítulo, os autores trazem informações históricas de caráter fonético, lexical e semântico, exemplificando por meio de construções linguísticas do português brasileiro. Vejamos a citação abaixo:

Quando mencionamos que palavras usadas em nossa vida cotidiana, como alface, elixir, laranja ou xadrez, vieram a fazer parte do léxico de nossa língua pelo contato que o português teve com o árabe, ninguém parece incomodar-se. Ou se descrevemos o percurso histórico de nosso pronome *você*, a partir da forma de tratamento *vossa mercê*, passando por *vossemecê* e *vosmecê* até chegar à forma atual, todos se interessam [...] Entretanto, as reações deixam de ser tão tranquilas quando apontamos que o uso da forma *a gente* para referência à 1ª pessoa do plural, em substituição ao pronome *nós*, está, nos dias de hoje, passando por um processo semelhante ao que gerou a forma *você*. (FIORIN *et al*, 2013, p. 140)

Os autores fazem, portanto, críticas à visão negativa que as pessoas têm quando se deparam com o processo de mudança linguística. Prosseguem o texto subdividindo-o em como a mudança é vista nas diferentes escolas linguísticas, como o estruturalismo e o gerativismo. Mostram ainda a diferença entre o estudo sincrônico e o diacrônico, mas sem mostrar as influências de outras línguas no português brasileiro, como se o fazer linguístico dos povos negros e indígenas sequer devem ser discursivizados; não se fala deles.

Os trechos em destaque nos mostram o quão frágil é a relação entre a linguística e a construção de saberes diversificados, em materiais que são de grande importância e prestígio entre os estudantes e profissionais das letras. No item abaixo, expomos uma realidade que é felizmente diferente, identificando materiais que ultrapassam as barreiras de um fazer linguístico apenas ocidentalocêntrico.

4 Cruzando saberes: o encontro com a alteridade em manuais de linguística

Neste tópico, discutiremos um pouco sobre os outros manuais que fazem parte do *corpus* que trazem uma perspectiva diferente daqueles acima analisados. No primeiro, *Língua, linguagem*,

 [10.5281/zenodo.7909710](https://doi.org/10.5281/zenodo.7909710)

linguística: pondo os pingos nos ii, de Marcos Bagno, as discussões têm início a partir da importância do fator cultural quando tratamos de linguagem. Para o autor, a língua é contexto, ou seja, contempla os usos linguísticos, os falantes e o ambiente, que são fatores intrínsecos. Assumindo a noção de que não há fazer linguístico desassociado de um fazer cultural, atenta-se ao fato de que a língua se desdobra por meio de diversas influências socioculturais, mesmo que algumas não sejam reconhecidas.

Ao discutir as atrocidades cometidas pela Europa não muito tempo atrás, como as exposições dos chamados zoológicos humanos, em que sujeitos vindos de África, do Ártico e da Polinésia eram expostos em jaulas, sob um grande apoio da comunidade científica, que via a branquitude de forma superior, o autor denuncia como as verdades científicas se constituem de forma racista, embasadas pela racionalidade ocidentalocêntrica. Bagno (2014) relata que “No século XIX, o racismo ganhou ares de ciência com o desenvolvimento da eugenia, uma teoria pseudocientífica que tentava mostrar a superioridade da ‘raça’ branca sobre as demais ‘raças’ humanas.” (BAGNO, 2014, p. 50). O referido autor continua a discussão mostrando de que formas as *raças superiores* impuseram suas verdades, apagando os fazeres socioculturais e linguísticos das *raças menores*:

[...] a colonização se justificava plenamente: era preciso levar a “civilização” aos povos “selvagens”, fazê-los abandonar seus costumes “bárbaros”, impor a eles a religião cristã, de modo que deixassem de adorar seus “ídolos” e “demônios” e de praticar “feitiços” e “magia negra”. Também era preciso impor a eles as “línguas civilizadas” para que deixassem de falar por meio de grunhidos e urros. (BAGNO, 2014, p. 50)

Bagno marca, portanto, a importância de enxergarmos o quanto o fazer científico pode ser racista, e o quanto devemos reconhecer e valorizar os locais de resistência dos sujeitos marginalizados, das vidas infames que constroem seus espaços científicos em meio ao grande histórico racista desse campo. Para Bagno é preciso compreendermos que existe uma ressignificação à margem na qual o não-branco se encontra: além de ser vista como o produto de uma sociedade opressora, ela deve ser um espaço que constrói novos e diversos discursos, e que, acima de tudo, é um espaço de resistência (KILOMBA, 2019).

Já na conclusão, o autor finaliza sua discussão afirmando que “A língua não existe. O que existe, concretamente, são falantes da língua, seres humanos com história, cultura, crenças, desejo e poder de ação” (BAGNO, 2014, p. 116). Vemos a similitude de *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii* com o que Martelotta *et al* (2008) defendem em *Manual de*

linguística, pois ambos atentam à noção de que a língua está imbricada com aspectos culturais; a diferença é que, como dito anteriormente, em *Manual de linguística* não encontramos espaços abertos à alteridade, enquanto Bagno (2014) nos apresenta um panorama histórico a respeito do racismo na língua(gem), possibilitando o acesso em seu texto de saberes de povos não-brancos, não apenas mostrando o que foi apagado, mas trazendo informações de nível sintático-semântico de línguas de origens africanas e indígenas, caminhando, portanto, para uma possível ecologia de saberes, como pode ser visto nos trechos seguintes:

TRECHO 1: A língua tuiúca, por exemplo, falada no extremo norte do Brasil e na Colômbia, tem toda uma morfologia própria para expressar, no verbo, a origem da informação que está sendo transmitida (BAGNO, 2014, p. 53).

TRECHO 2: No dalabon, uma das centenas de línguas faladas pela população aborígene australiana, é possível condensar tantas informações numa única palavra que para traduzi-la precisamos de um texto completo em português (BAGNO, 2014, p. 53).

O manual *A Linguística no século XXI: convergências e divergências*, de Aniela França *et al* (2018), ressalta, primeiramente, similaridades entre as áreas de estudo com foco na linguagem humana, enquanto a segunda mostra as diferenças. Cada parte divide-se em 3 capítulos, sendo sempre um deles construído de forma geral a respeito da temática em questão, e mais dois, que são textos de apoio. No tópico: *Não há línguas primitivas: todas as línguas são altamente complexas em cada um de seus níveis estruturais*, o manual apresenta o quanto equivocada é a ideia de língua primitiva, exemplificando a partir de uma imagem exposta de africanos reunidos em um curral Zwarkop, mostrando que

Se partíssemos apenas da simples inspeção, sem mesmo entender o que as pessoas estão fazendo, será que poderíamos pensar que se trata de um povo, uma prática ou uma sociedade primitiva? O que é primitivo? Defumar-se é mais ou menos primitivo do que acender velas no altar, ou fazer sabão do sebo de animais, ou colocar comida para espíritos em uma encruzilhada ou acender um incenso antes de meditar ou ainda comer feijoada no calor de 40 graus? (FRANÇA *et al*, 2018, p. 24)

Para provar o ponto de vista abordado, é comum encontrarmos exemplos como o acima, de povos africanos. Apesar dos autores apontarem para o fato de que não existem culturas primitivas, cabe-nos pensar em *como* esse fato é defendido. A dupla *negro tema x negro vida* pode ser pensada e aplicada nesse contexto, uma vez que podemos associá-la à forma de culturalismo

racialista (NASCIMENTO, 2020) no manual, visto que não nos parece uma noção real do negro-vida no contexto comunicativo em questão.

Ainda para comprovar a ideia de que não há línguas primitivas, os autores propõem uma comparação, de níveis estruturais, entre línguas. A começar pelo nível lexical, são expostos exemplos de como podemos notar as variações morfológicas entre o inglês, chinês, finlandês e mohawk, língua indígena usada em algumas regiões do Canadá. As primeiras línguas citadas são definidas como *isolantes*, pois a proporção de morfemas por palavra é baixa, enquanto as duas últimas fazem uso de um grande número de morfemas. Independentemente da variação lexical, é defendido que nenhuma dessas línguas podem ser vistas como simples ou primitivas, pois “Os termos primitivo ou simples são inadequados para se referir a qualquer uma das 6000 línguas naturais do mundo. Todas elas têm complexidades diferentes em seus subsistemas: prosódia, sintaxe, fonologia, fonética, morfologia e semântica.” (FRANÇA *et al*, 2018, p. 29). Na seção seguinte, os autores continuam identificando a complexidade que cada língua apresenta, trabalhando a partir de línguas indígenas como o karajá, pirahã e kaingang, mostrando características morfológicas e sintáticas de tais línguas.

Ao longo do manual, são frequentemente apresentadas ainda outras línguas indígenas, para a exemplificação de fatores de cunho fonético, morfológico, sintático e semântico. Tal fator, por si só, nos faz pensar nas ideias apresentadas por Souza Santos (2010) em relação ao encontro de saberes fora do eixo ocidentalocêntrico, visto que os fazeres linguísticos indígenas são, majoritariamente, lançados em contextos de epistemicídio.

Com isso, finalizamos esta seção mostrando que são muitas as possibilidades de trabalhar as contribuições de povos não-brancos nos fazeres científicos da linguagem. A falta de presença dessas contribuições mostra o quão mascaradas podem ser as realidades linguísticas no ensino de língua (e fora dele), com vistas a valorizar apenas aquilo que já é ultravalorizado pelas construções científicas.

Considerações finais

Iniciamos esta pesquisa no intuito de averiguar o nível de pluralidade linguística nos fazeres científicos dos *corpora* da pesquisa, pensando na obrigatoriedade de temáticas afro-brasileiras e indígenas no ensino, por meio da Lei Federal 11.645/08. Em nossa análise,



salientamos o desfalque de saberes nos materiais de estudo linguístico, apontando também alguns manuais que fogem a esse paradigma de exclusão e silenciamento.

A língua, em seus mais variados domínios, é um instrumento permeado de versões. Versões essas que são coordenadas pela visão ideológica de cada sujeito, que está inserido em um contexto de relações de poder. Como vimos, esse poder se manifesta de várias maneiras, e, falando de forma específica do ensino de língua(gem), majoritariamente sob condições de epistemicídio, em que povos não-brancos são atirados ao abismo do saber científico. Desta forma, o regime ocidentocêntrico não deixa de ser nutrido, uma vez que as *verdades científicas* são tudo aquilo que precisa ser preservado. Como discutimos ao longo deste trabalho, o poder-saber é, também, executado por povos não-brancos; o silêncio epistêmico não existe por mera casualidade, e o que falta ao ensino de língua é reconhecimento e evidenciação desses saberes que são plurais, contribuintes e, substancialmente, resistência em um meio acadêmico que por muitas vezes os invalida e exclui.

Faz-se necessário, portanto, afirmarmos o quanto as formações ideológicas no processo formal de ensino são exclusivas, refletindo uma base educacional que, mesmo em meio a tentativas de inclusão e políticas públicas de “inovação”, seguem, como afirma Santos (2010) caminhando de um lado único da linha abissal. Se voltarmos à pergunta inicial da pesquisa, a saber: o olho azul das letras enxerga a língua(gem) dos povos não-brancos?, a partir das análises propostas, podemos dizer que, a custa de muitos embates, os olhos azuis da academia começam timidamente a enxergar essa linguagem. Cabe-nos defender, como visto ao longo da análise, que os discursos imbricados ao ensino de língua(gem) são notoriamente insuficientes aos profissionais das Letras. Ora, se determinadas vozes são caladas, como manter a teia discursiva? É necessário que haja uma partilha contínua de dizeres para que a teia não se rompa. Também foi visto que a exclusão de saberes ocorre de modo amplo e mesmo intencional; não é que não-brancos não sejam vistos, mas são propositalmente retirados do “campo de visão”: mascarados, não são aceitos como ciência.

Mais importante do que responder esse questionamento é pensar no motivo de sua existência. Se o fenômeno da linguagem é um dos principais instrumentos para as relações humanas, a noção lógica é de que o estudo de todas as manifestações de linguagem é benéfico e deve ser valorizado, no entanto, não é assim que ocorre. Nas palavras de Lemos e Cardoso Júnior (2009, p. 356), “relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser”. As relações linguísticas estão inseridas nesse contexto, criadas em uma gestão



ocidentalocêntrica, e assim propagadas no âmbito educacional brasileiro. Dessarte, reforçamos a importância de que a formação docente dos profissionais das letras seja multimodal, no sentido de abranger as mais diversas formas de conhecimento linguístico cultural, por meio de uma travessia entre as linhas que separam o espaço científico.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável
Contribuições dos autores: Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Validação, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: ALVES, Vitória Paloma Aguiar; OLIVEIRA, Maria Angélica de.

Referências

- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.
- BAGNO, Marcos. *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola, 2014.
- FIORIN, José Luiz (et. al.). *Linguística ? Que é isso ?* São Paulo: Contexto, 2013.
- FRANÇA, Aniela Improta (et. al.). *A Linguística no século XXI: convergências e divergências no estudo da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2018.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LEMOS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. *A genealogia em Foucault: uma trajetória. Psicologia & Sociedade*, v. 21, p. 353-357, 2009.
- LISBÔA, Flávia Marinho. O dispositivo colonial: entre a arqueologia e Michel Foucault e os estudos decoloniais. *Revista Moara*, edição 57, v. 2. p. 33 – 51, 2021.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (et. al.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramentos, 2019.
- NASCIMENTO, Gabriel. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racista nos estudos da linguagem. *Polifonia*. v.27, n.46, p. 68-94, jun 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/issue/view/632>. Acesso em: 24 mar 2022.



ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos*. São Paulo: Pontes, 2007.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In.: SOUZA SANTOS, Boaventura de e MENESES, Maria Paulo (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.